

## MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE RUA: À GUIA DE UM BACULEJO

Fernando Mascarenhas\*

---

**RESUMO.** A criança e o adolescente em situação de risco só podem ser entendidos na dinâmica de sua existência, situados no contexto de uma dialética articulação entre lazer e trabalho, em permanente processo de criação e recriação de idéias, normas, atitudes, manifestações, expressões, valores, enfim, produzindo cultura. Desta forma, compreendendo a prática como critério que qualifica e valida a produção de conhecimento, pretendo com este texto sistematizar alguns dados extraídos de uma contínua avaliação a que tem sido submetida uma experiência/intervenção no campo do lazer/educação com meninos e meninas de rua na cidade de Goiânia.

**Palavras-chave:** lazer, educação e infância.

## STREET URCHINS: AN ARGUMENT

**ABSTRACT.** Street urchins, both children and adolescents, can only be understood in the context of their existential dynamics in the articulatory dialectics between leisure and work, in a permanent process of creating and recreating ideas, norms, attitudes, manifestations, expressions, values: producing culture. Regarding practice as a criterion for qualifying and validating knowledge production, the aim of this text is to systematize the data provided by a continuous evaluation of an experience in leisure/education with street urchins in the city of Goiânia.

**Key words:** leisure, education, childhood.

---

### PRIMEIRAS PALAVRAS

Certa vez, da biblioteca em direção à Faculdade de Educação Física, caminhava pela Universidade. Naquele mesmo dia, recebi um convite para coordenar um trabalho de lazer com crianças e adolescentes em situação de risco. O que fazer? Corri para a biblioteca, os livros haveriam de me ajudar. Selecionei alguns e me coloquei no caminho de volta. Passaria pelo bosque.

Era uma floresta cheia de encantos, repleta de magia. Parecia ser alguém exercitando seu direito à preguiça. Andar por ali me fazia sentir

diferente. Distraído, imerso naquela estranha realidade, não me dei conta de uma outra presença. Uma mulher se aproximava. Descobri depois que era Sofia, uma bruxa que, imune às tempestuosas fogueiras do tempo, também andava por ali. Manipulando palavras e remexendo a matéria, endereçou a mim toda sua magia. Transformou-me em burro, a maldição estava feita. Sofia nunca me revelaria os motivos que justificaram o feito. Explicou-me, no entanto, que minha aparência anterior poderia ser reconquistada. Haveria na floresta uma grande festa, o anúncio de uma nova era.

---

\* Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás – UFG.

**Endereço para correspondência:** Universidade Federal de Goiás (FEF). Câmpus II. CEP: 74000-000. Goiânia – GO. E-mail: <[fernando@fef.ufg.br](mailto:fernando@fef.ufg.br)>.

Naquela ocasião, diante dos doutos do lugar, teria de provar sabedoria.

A gincana estava por começar. A bicharada em polvorosa. O burro teria de produzir respostas atendendo às mais loucas exigências. Chegou o momento em que tinha de ser o melhor. Todos concorriam, conceitos, fórmulas e teorias eram construídas. A excelência seria quesito para a condição humana.

Em meio à selvageria daquele concurso, os bichos iam se extinguindo. Em companhia do macaco, do pavão, da coruja e do leão, era um dentre os grandes. Na guerra de canudos, acumulei números, letras e estrelas. Seria-me concedida a honra do tão sonhado título, o carimbo da excelência. O juiz, árbitro da questão, era o tucano de plantão. A última das pejejas, o grande final, um verdadeiro enigma: a fórmula do amor? Não! Qual a cor do cavalo branco de Napoleão?

O macaco, depois de muito tagarelar, respondeu que era preto e amarelo. O pavão, evasivo, colocava que não era nem de uma nem de duas cores que se configurava o cavalo era inteiramente colorido. A coruja, depois de muito refletir, timidamente indicou o cinza como sendo a cor. O leão não titubeou em alto e bom som, vociferou que a cor do animal era resultado de sua vontade. Chegamos ao burro. A resposta estava dada. No que havia ainda de pensar? Bastava uma simples palavra e teria minha imagem de volta. Mas o que teria levado os outros a cometerem tamanho erro? De onde vinham aquelas respostas?

João Macaco era carregador em um pequeno circo que tinha. Em um de seus números, cavalos passando-se por zebras. Desta forma, o cavalo só poderia ser visto como um animal cuja cor resultava da combinação entre o preto e o amarelo. Tião Pavão da Pavuna, costureiro em uma escola de samba, com sede no morro do pavãozinho, vivia em meio à produção do carnaval. As cores que desfilavam por seus olhos ganhavam formas. Seu cavalo não podia ser outro, uma colorida fantasia

visitada por todas as cores. Dona Maria Coruja dos Escuros passava todas as noites acordada em seu trabalho de vigilância noturna e como à noite todos os gatos são pardos, aquilo que lhe aparecia como claro, não poderia ser de outra cor senão o cinza, uma bela cor para um cavalo. Henrique Leão era rei e como tal não trabalhava. Todos seus desejos apresentavam-se como ordens, suas necessidades sempre encontrariam refúgio no labor de outrem. Fazia do mundo seu jogo, com suas normas, regras e valores. O cavalo, onde quer que estivesse, seria branco, como verdadeiramente o queria. Uma tal de Ideologia estaria lá, a qualquer preço, para pintá-lo.

Responderia branco? Tropecei... as idéias estavam no chão.

Tudo ficava claro para mim. Teria de mergulhar na realidade daqueles meninos e meninas. Somente assim poderia compreender os significados que de sua existência emergiam. Haveria de aprender com eles os símbolos e expressões de sua cultura. Sim! A cor que dão às coisas, às pessoas e ao mundo lhe são próprias, misturam conforme precisam, o fazem para sobreviver. Não poderia esperar deles a hegemonia do branco. O antropólogo diria: **É preciso familiarizar-se com o que é estranho, estranhar o que nos é familiar.**

### SOBRE POLÍTICA, LAZER E EDUCAÇÃO

Aproximando-me da problemática inerente à complexa realidade das crianças e adolescentes em situação de risco no Brasil, procuro aprofundar estudos sobre o lazer e a íntima relação que este guarda com a educação popular, interrogando ações desenvolvidas com/e para este grupo. Apresentar novos subsídios que busquem orientar a construção de uma proposta de intervenção no campo do lazer com meninos e meninas de/e na rua mostra-se, portanto, como o problema do qual se originam minhas atuais reflexões.

Estarei, desta maneira, esbarrando em um profícuo debate que começa a se desenvolver em torno das políticas setoriais de lazer, querendo ver contempladas nesta discussão as milhares de

crianças e adolescentes que se encontram no espaço da rua. Sendo assim, pensar a especificidade deste debate, inserido no contexto de uma política mais ampla para a infância e a juventude de nosso país, parece-me caminho apropriado.

Pode-se dizer que não há, no Brasil, uma política que tente responder plenamente às demandas que estão colocadas pelos filhos das classes populares. Em sua hegemonia, as políticas oficiais pautam-se por uma concepção funcionalista de sociedade, onde o chamado menor é tido como um desvio, obstaculizando o projeto de modernização em desenvolvimento. Remetendo para a própria criança e sua família a culpa por não possuírem meios e condições de enfrentarem os desafios postos pelo modo de produção vigente, o poder público segmenta a infância e a adolescência pobres sugerindo rótulos – menor carente, abandonado, infrator, delinqüente, etc. – que acabam por estigmatizá-los, discriminando-os ainda mais. Pode-se perceber também que as ações estatais revelam-se compensatórias e com um evidente caráter de controle, preocupando-se com os possíveis desdobramentos advindos do comportamento desta população.

Quando da referência ao sistema de proteção e atendimento à infância e adolescência, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (s/d) denuncia:

*(...) as atuações são isoladas, paralelas, com superposição de ações, dispersão de recursos e confeitos entre as burocracias. Os gastos com atividades-meio são muito maiores do que com atividades-fins (...) As políticas são descontínuas – não seqüenciais em termos de cobertura e faixa etária e em relação às administrações (muda-se o governo, muda-se a política, estrangula-se os trabalhos). O Apoio às entidades não-governamentais tem sido uma resposta deficiente, autoritária e clientelista (p.12).*

Na esteira desta mesma discussão, pode-se localizar um número significativo de ações preventivas que, tanto oficiais como não-

governamentais, materializam-se por uma enorme diversidade de projetos no campo do lazer ainda não sistematizados e devidamente divulgados no meio acadêmico. Em sua maioria, no entanto, baseiam-se em princípios de ocupação do tempo revelando, do ponto de vista educativo, certa irrelevância por não se traduzirem em um espaço de verdadeira aprendizagem.

Como bem nos indica Marcellino (1987), dentre estas várias abordagens, destacam-se características **românticas e moralistas** que, muito próximas, situam o lazer dentro de uma perspectiva nostálgica apontando para a necessidade de manutenção de certas tradições e defendendo hábitos, crenças e valores onde a exaltação da instituição família tem forte presença; **compensatórias** que, opondo lazer e trabalho, vendo este último como tempo e espaço de alienação, acreditam no primeiro como uma possibilidade de fuga individual às insatisfações; e **utilitaristas** que potencializam as atividades de lazer como instrumento de recuperação e manutenção da força de trabalho. Em síntese, tais abordagens – e são estas que figuram no cenário de intervenção com meninos e meninas em situação de rua – expressam uma compreensão marcadamente funcionalista de lazer que invariavelmente colabora na legitimação e garantia de uma determinada ordem social necessária ao projeto de desenvolvimento econômico capitaneado pelos setores dirigentes de nossa geografia centro-sul.

A superação deste paradigma, quando da tentativa de novas proposições, passa por um entendimento de que o lazer, ou a forma como os homens/mulheres se apropriam de seu tempo disponível, é marcado como sendo um espaço de contradições, lugar de uma experimentação valorativa onde a estética, a ética e a política articulam-se como dimensões que acabam por tornar impossível qualquer iniciativa de dissociá-lo da educação. O conceito de lazer atrelado à idéia de uma prática desinteressada/espontânea deve, desta maneira, ser problematizado a fim de podermos perceber o agente de lazer/educador inserido em um dialético movimento na tênue fronteira entre direção e autogestão. Cabe ressaltar que este trabalho não pode se dar à margem de uma

construção teleológica sobre a qual se alicerça qualquer alternativa de lazer/educação.

Neste sentido, em relação ao lazer tido como prática pedagógica e social, Waichman (1997) alerta que:

*(...) é educativa justamente por ter uma intencionalidade, uma temporalidade e uma organização. Forma parte do âmbito da educação não-formal. O fato de aprender não é aleatório, é uma consequência planejada. Não obstante, não se trata de aprender qualquer coisa ou ao acaso, mas determinados aspectos da realidade, com sua valoração pertinente, isto é, trata-se de educar dentro de um modelo que permita desenvolver a liberdade em relação de dependência com todos os outros (p.130).*

O lazer/educação, frente sua característica não-formal, conforma-se em uma perspectiva de educação popular e se manifesta como um processo de capacitação e formação política vinculado a um grupo, articulando dialogicamente sua prática à apreensão sistemática da realidade em que se localiza.

Procurando definir tal perspectiva, Graciani (1997), concordando com as idéias freireanas, assim coloca:

*Entendo a Educação Popular como prática social na medida em que se propõe transformar, produzir, criar e elaborar um processo de conhecimentos na sociedade, dentro de relações sociais dadas (relações de classe, relações de formação social). Essa prática reforça o poder de resistência e luta da classe dominada e se inscreve dentro do movimento já existente como uma prática que se propõe a contribuir para sua dinamização. Pretende ser um espaço em que as próprias camadas populares desenvolvem (expressam, criticam, enriquecem, reformulam e valorizam) coletivamente o seu conhecimento,*

*as formas de aprender e explicar os conhecimentos da vida social. É o conhecimento que brota da experiência de vida e de luta das camadas populares (no caso, crianças e jovens marginalizados urbanos), e que é elaborado por elas mesmas, que reforça o seu poder de transformar a sociedade. É esse conhecimento que aumenta a sua capacidade de discernir e recusar as regras de dominação e que fortalece o seu poder de decidir quais são as lutas e formas de organização mais capazes de concretizar novas regras sociais (p.28).*

Ainda sobre o conceito de educação popular, procurando não polemizar sua recorrência, Graciani (1997:52-53) comenta:

*Não vamos enveredar pela definição repetitiva e circular das discussões nominalistas sobre o significado da “Educação Popular”. Vamos entendê-la como posição política e político-pedagógica, um compromisso com o povo mediante o conjunto de sua educação e não somente na educação, mas em seu sentido mais totalizador.*

Sob esta ótica, compreendo o agente de lazer/educador como um intelectual-transformador comprometido com a luta pela emancipação popular, como um prático-reflexivo que elabora e organiza junto aos movimentos sociais o saber orgânico. Com sua ação militante, faz o processo educativo avançar e apesar, de todo pessimismo conjuntural, encanta a construção de resistências e arma o contra-ataque necessário ao vampirismo econômico conduzido pelos organismos financeiros internacionais expressos em uma perversa política neoliberal. Enfim, o objetivo desta postura pedagógica e política pleiteia a qualificação do conhecimento popular como ferramenta política dos grupos populares.

Quanto à criança e ao adolescente em situação de risco, destaca-se também que qualquer política setorial de lazer, seguindo o

que já foi colocado, não pode se descolar de orientações mais amplas. Desta maneira, o espaço de lazer deve se materializar enquanto um espaço de organização e formação de meninos e meninas para que busquem soluções frente aos problemas que lhes afetam e para que exerçam seus direitos de plena cidadania, espaço de formação de agentes lazer/educadores, espaço de promoção da defesa dos direitos humanos e de cidadania e espaço que contribua para a mobilização da sociedade civil na promoção e defesa cidadã das crianças e adolescentes, denunciando toda a injustiça e violação de direitos.

Aliadas a outras, estas são as ações que queremos ver funcionando. Esta vem sendo minha tentativa.

### UMA EXPERIÊNCIA

A base fundamental do trabalho educativo e de conscientização deve se consolidar sobre uma dialética relação com o contexto onde se desenvolve. Assim, faz-se necessária uma ação educativa voltada ao resgate da cidadania, concretizando-se na vida dessas crianças, procurando colocar sob o crivo da reflexão sua própria realidade. Perseguindo tais proposições, apresentei o Projeto Agente, uma experiência de lazer/educação em construção com meninos e meninas em situação de rua na cidade de Goiânia. Trata-se de uma proposta que, fruto de uma parceria entre a Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás e a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário, organização ligada à prefeitura local, vem intervindo junto às unidades pertencentes ao programa de proteção à infância e adolescência desta mesma cidade.

Na tentativa de delimitar seu campo de intervenção, doravante apresento algumas das características correspondentes a cada uma das unidades em questão. O **SOS Criança**, com elevado número de atendimentos diários, possuindo uma equipe técnica interprofissional, trabalha na perspectiva da garantia e defesa de direitos constituindo um canal de recepção e realocação de crianças e adolescentes vítimas de abandono, violência sexual, maus tratos e prostituição. A **Casa 24 Horas** atende meninos encaminhados diretamente por sua equipe de

educadores sociais de rua, pelo SOS Criança, Juizado da Infância e Juventude e Conselhos Tutelares, assegurando-lhes um espaço de liberdade e dignidade com ações de formação articuladas a outras entidades, instituições e órgãos afins. A **Casa das Flores** atende as meninas de rua e/ou em situação de prostituição, tendo seu direito de moradia assegurado em um ambiente com objetivos sócio-educativos encaminhados também em parceria com outras organizações. Finalmente, o **Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente (Ceaca)**, atendendo adolescentes que geralmente trabalham nas ruas, vem priorizando aspectos profissionalizantes da educação vendo, o acesso ao trabalho formal como um pressuposto de cidadania.

Como objetivos desse projeto posso, de uma forma geral, enumerar as seguintes intenções: proporcionar meios e condições aos sujeitos envolvidos para que se sintam capazes, em meio às atividades, de refletir sobre a sociedade brasileira em seus diversos aspectos; possibilitar a compreensão dos conteúdos culturais do lazer como um instrumento de ligação entre as experiências vividas e sua realidade social; garantir a reflexão acerca do sentido das regras e valores necessários à convivência coletiva estimulando a capacidade auto-organizativa e o reconhecimento do grupo enquanto espaço de construção e afirmação de identidades. O incentivo à participação criativa para a tomada de decisões que fortalecem a conscientização libertadora do grupo se desdobra na sedimentação de um sujeito crítico que compreende suas circunstâncias de vida no sentido de superá-las, transformando simultaneamente a si mesmo.

Quanto ao referencial teórico-metodológico, percebendo a prática social concreta enquanto critério que valida e qualifica a produção de conhecimento, oportuna vem se fazendo a aproximação a um tipo de concepção que se mostra capaz de atuar junto à problemática infantil, compreendendo que sua manifestação se dá de forma complexa e historicamente determinada. Assim, com a leitura sistematizada dos dados extraídos da realidade, permite-se a descoberta das contradições internas a este mesmo problema, penetrando nos seus elementos mais essenciais.

Ao trazer tal perspectiva para o campo do lazer, optei por uma estratégia que pressupõe o questionamento de suas atuais formas e manifestações. Nesse sentido, procurei construir uma abordagem orientada por eixos temáticos que possibilitem a problematização dos valores inerentes à realização de suas atividades. Desta maneira, uma intervenção operada por temas geradores que polemizam situações do cotidiano vem se mostrando como alternativa capaz de materializar uma práxis político-pedagógica que aponte para a superação de um paradigma funcionalista tão presente nas propostas de lazer.

A fim de ampliar tais considerações, destaco o **tema gerador**, a **rede temática** e o **ciclo temático** como pilares de nossa ação, merecendo, portanto, uma discussão pouco mais demorada.

O tema gerador pode ser considerado como porta de entrada para a realidade de um grupo que, em nosso caso, são os meninos e meninas em situação de risco. Servindo como ponto de sustentação do método em questão, configurando o assunto/conteúdo de reflexão, guardado seu aspecto gerador de interesse, permitirá a apropriação consciente e transformadora da realidade inerente ao contexto do qual emerge e se inscreve. Para tanto, algumas exigências deverão ser respeitadas, como, por exemplo: responder às expectativas e anseios do grupo; possibilitar o tratamento articulado entre sua especificidade e o todo a que se relaciona; conseguir penetrar na realidade do grupo respeitando seus códigos, seus valores, sua linguagem e a identidade de sua cultura; permitir que sua síntese possa se expressar por uma única palavra, fazendo com que esta mesma palavra assegure a construção de uma rede dialógica em torno de si.

Esta rede temática que se constrói na órbita da palavra, ou seja, do tema gerador, estrutura um jogo de pergunta e resposta a ser exercitado com o grupo. A fim de exemplificar tal brincadeira, supondo como tema a rua – poderiam ser outros como bola, galera, polícia, família, trabalho, etc. – perguntaríamos: o que é a rua? por que estou na rua? quem está na rua? com quem estou na rua? o que faço na rua? o que existe para além da rua? quero sair da rua? Respondendo a esta rede de perguntas no desenrolar das atividades, estimula-se os

meninos e meninas a refletirem sobre o seu estar no mundo ou, pontualmente, seu estar na rua.

A rede temática, portanto, acontece de forma intrínseca às atividades que se organizam no interior do ciclo temático. Tal ciclo, além de permitir uma melhor administração do tempo pedagógico distribuindo atividades preparatórias, temáticas e avaliativas, totalizando o período de um mês, garante a procura e a identificação de um novo tema que impulsiona o início de um novo ciclo.

Recuperando a discussão sobre o tema gerador, para que seja efetivamente significativo, desencadeando uma reflexão que nos possibilite alcançar os objetivos colocados para e com o grupo, devemos estar atentos à necessidade de sua relevância, o que nos obriga a conhecer um pouco mais sobre este mesmo grupo.

#### DE MENINOS, MENINAS, RUA E CULTURA

O debate envolvendo a infância tem sido fortemente marcado por uma concepção abstrata, universal e idealista de criança e adolescente. Ao se discutirem conceitos ou noções mais gerais de infância e adolescência, estes normalmente se vinculam à idéia de determinados períodos de nossa vida com características culturais e principalmente biológicas bem específicas. Desta forma, este debate ainda me parece longe de acertos quando da tentativa de conceitualização da criança, não conseguindo alcançá-la em sua concretude, inserida em um contexto social, político e econômico. Os meninos e meninas em situação de risco são, portanto, crianças cidadãs que precisam estar contempladas nas tentativas de uma definição mais ampla que, sensíveis aos seus problemas, atentem para a necessidade de compreendê-los como sujeitos historicamente situados.

Como exemplo, o multiculturalismo e a pluralidade étnica, fenômenos marcantes e tão presentes em nosso país, são omitidos nas discussões sobre a criança. A concepção oficial e hegemônica tem sido aquela transmitida pelo saber/poder da colonização européia em que caboclos, índios e negros não têm sua identidade devidamente preservada nos estudos envolvendo a problemática infantil. A identidade sócio-

cultural e étnica deve articular-se ainda ao olhar sobre a posição que a criança tem ocupado no espaço das relações de produção, pois seu processo de socialização não pode ser entendido à margem de uma análise dialética das interações estabelecidas com a sociedade em que vive.

Este mesmo entendimento que exclui e marginaliza se traduz também em uma terminologia jurídica. O termo **menor** vem se referindo menos à criança do que à sua correspondente situação de carência e abandono. Além de reduzi-la ao aspecto jurídico, o termo é estigmatizante e carregado de preconceitos, diferenciando e segmentando os filhos e filhas das classes populares. Sua superação somente se dá com a promulgação de nossa última Constituição, cedendo à denominação criança e adolescente, conceito que se vincula a duas novas referências: a **criança e o adolescente na rua**, tido como aquele que vive na rua realizando pequenos trabalhos no período do dia e que, por ainda manter ligação com a família, volta para casa durante a noite; a **criança e o adolescente de rua** que, vivendo em pequenos grupos, mora na rua.

Uma outra definição, mais recente e menos preconceituosa, refere-se aos meninos e meninas de e na rua como a **criança e o adolescente em situação de risco pessoal e social**. Considerada politicamente correta, esta definição parece conseguir deslocar do indivíduo, atribuindo ao contexto e seus determinantes, a responsabilidade sobre o processo que insiste em negar cidadania e identidade a estes meninos e meninas.

Ainda na direção conceitual, parece-me importante citar a Sociedade Cidadão 2000 (1996) que, a fim de poder mapear e realizar a contagem das crianças e adolescentes em situação de risco na cidade de Goiânia, sugere uma diferente caracterização deste grupo, apresentando algumas categorias que assim se referem: **trabalhando na rua**, os jovens que, em número expressivo, na perspectiva de aumento da renda familiar, desenvolvem atividades como vendedor ambulante, catador de papel, guardador de carro, limpador de para-brisa, carregador, engraxate, distribuidor de panfletos, etc.; **esmolando**, os pedintes que, sozinhos ou acompanhados, solicitam dinheiro ou comida na

rua; **transitando**, aqueles com aparência de estarem vivendo na rua que sozinhos ou em grupo circulam, por parques e ruas; **brincando**, os que igualmente aparentando viverem nas ruas, encontram-se brincando em escadarias, monumentos ou assistindo televisão frente a estabelecimentos comerciais; **dormindo**, significativa parcela de crianças que dormem nas ruas sob marquises, bancos de praças ou no chão ao relento e frio da noite; **prostituído**, normalmente meninas envolvidas em prostituição freqüentando pontos comuns a esta prática; **outros**, referindo-se à criança comendo, usando drogas ou conversando no espaço da rua.

Nesta mesma vertente, conforme Graciani (1997:93), ainda podemos acrescentar que:

*A classificação “meninos(as) de e na rua” não surgiu por causa de certas características pessoais, mas expressa uma categoria social. A rua, como território, espaço de vida e de trabalho, é o resultado de um processo social de dominação, exploração e finalmente de exclusão (...) Não se refere a algumas famílias, mas é inerente ao desenvolvimento da sociedade, imbricada na lógica de uma economia internacional.*

Mas afinal, quem são estes meninos e meninas que, em diferentes localidades, em número cada vez mais crescente, ganham notoriedade e insistentemente vêm incomodando os que desfilam com suas posses e riquezas por nossas ruas? Em síntese, pode-se dizer que são as crianças que, prematuramente adultas, sobrevivem nas ruas vítimas de um sistema que as marginaliza. São as crianças que permanentemente adotam um comportamento defensivo frente às pessoas como resposta à violência física e simbólica a que estão sujeitas. São as crianças que em grupo procuram na rua suprir o conjunto de suas necessidades básicas ali dormindo, comendo e trabalhando. Enfim, é o menino forte e a menina astuta, carentes de afeto, ausentes de direitos, mas que ainda assim morrem de vontade, loucos de desejo.

Compreendendo termos e discutindo conceitos, passamos a crer que a criança só pode ser entendida na dinâmica de sua existência e

que em sua relação com a realidade cria e recria sua própria forma de viver, produzindo uma cultura particular que lhe confere identidade. Mesmo constituindo um dos grupamentos mais sofridos quanto ao nível de pobreza, miséria, fome e de quase absoluta desproteção, os meninos e meninas de rua sabem jogar e lutam, desenvolvendo numerosas táticas e estratégias de sobrevivência. Assim, acredito que é o trabalho, ou seja, a forma pela qual o homem se relaciona com o mundo a fim de garantir sua própria subsistência, que vai justificar o significado humano. Portanto, torna-se preciso aprender com estas crianças, compreendendo e entendendo suas regras, seus valores e sua cultura como resultante das relações que se estabelecem no seu espaço de vida, na sua realidade, na rua.

Estou aqui começando a indicar meu olhar sobre a cultura, acreditando ainda, na existência de uma cultura da rua.

Com referência em Graciani (1997:129), posso dizer que:

*Entendemos por cultura, nesse caso específico, um processo de criação de idéias, de atitudes, normas, manifestações, expressões, símbolos, valores e crenças de uma sociedade ou grupo social por meio do qual os homens satisfazem suas necessidades básicas, por meio de um estilo de vida, modo de viver e pensar o cotidiano, expresso nas artes, literatura, religião, recreação, inseridos na organização social mais ampla.*

Já sobre a cultura da rua, como também pensa Graciani (1997:129):

*(...) são regras e normas baseadas na sobrevivência, ou seja, estabelecidas na rua e nas necessidades e possibilidades de conseguir os meios de subsistência. Eles se caracterizam principalmente como normas de convivência, códigos de grupo, linguagem cifrada (gíria), modos de vestir-se, sinais ou signos com*

*significado próprio para o grupo, como defesa e resistência à opressão da rua.*

Estas formas e maneiras de sobrevivência imediata são submetidas a um inventar e reinventar diário e do constante enfrentamento com a polícia, traficantes, aliciadores, etc, surgirão os atos de cumplicidade e solidariedade intrínsecos aos grupos a que se associam e que chamam por *galera*. Percorrendo o caminho inverso do socialmente aceito, na contra-hegemonia do processo histórico que se escreve em nossa época, desafiando normas e violando condutas, as galeras parecem conseguir sinalizar em sua prática, por suas experiências e ações, com uma postura muito mais de resistência do que conformismo.

Para melhor conseguirmos apreender as contradições que atravessam este coletivo na totalidade de seu movimento, identificando ainda o emaranhado de conflitos que se verificam em sua tensa relação com o mundo, precisamos passar em revista sua realidade. O que desejo é conseguir me aproximar um pouco mais da criança e do adolescente em situação de risco, conhecer e aprender com eles, tentando assim, proceder uma geral, dar um *baculejo* na alegria e na tristeza que possuem estes meninos e meninas.

#### PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES OU... O BACULEJO

Pensar o lazer como prática social e pedagógica é ver no conjunto das atividades inerentes a esta mesma prática a possibilidade de produção e construção de um conhecimento que, em seu caráter crítico e emancipador, guarda uma estreita ligação com o real, extraindo dados e elementos, desvelando suas origens, identificando suas contradições e localizando o lugar que ocupa na totalidade de um determinado contexto. A ação educativa do lazer passa então a ser vista como um constante teorizar a prática cuja exigência de processos organizados de abstração nos permitem torná-lo instrumento concreto de aproximação e transformação da realidade.

O partir da prática será sistematicamente levado a novos patamares de compreensão onde

o voltar a prática traz consigo um salto qualitativo que nos propicia aferir uma trajetória de ascenso na leitura do real, garantindo a passagem a níveis mais elaborados de reflexão. Uma nova prática nasce deste movimento que não é regular e muito menos linear, mas permanente e dialético.

Ao tomar a rua como espaço de conflito, materializando-se enquanto realidade específica, coloquei-me frente a necessidade de construção de um diagnóstico que busque identificar as condições objetivas a que se vinculam as crianças e adolescentes que ali vivem, suas ações perante tais condições – sejam elas de resistência ou conformação – e o nível de consciência que o grupo tem alcançado. Eis o meu ponto de partida. Sobre este tríplice diagnóstico, pode-se dizer que o temos como “a aproximação adequada ao pressuposto dialético que se formula como ‘partir da prática’ ou ‘partir da realidade’ ou mais simplesmente prática-teoria-prática” (Hurtado, 1993:50).

Ao construir um reconhecimento do atual quadro referente à criança e ao adolescente em situação de rua, identificando os fatores que contribuem para sua exclusão e marginalização, analisando as estatísticas que os envolvem, avaliando o que lhes falta e com o que contam, permite-se compreender a dimensão material e objetiva de sua realidade. Uma vez desenhada a organização de seu coletivo, poderemos entender a diversidade das ações que dela derivam. Finalmente, o porquê de seu comportamento se atrela à visão de mundo que possuem, à consciência de seu estar no mundo. Vamos ao baculejo.

### **globalizando a miséria**

*Sessenta por cento dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada quatro pessoas mortas pela polícia três são negras. Nas universidades brasileiras apenas dois por cento dos alunos são negros. A cada quatro horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo. Aqui quem fala é ‘Primo Preto’, mais um sobrevivente (Racionais MC).*

A arte expressa uma consciência, portanto, materializa uma visão. Esta é a arte que surge da miséria, manifestação que canta aos oprimidos sua própria condição. Longe de não serem precisos, nossos panteras acertam, pois foi o povo afro-brasileiro, representado por suas crianças, que primeiro sofreu com a violenta prática do extermínio já em tempos coloniais. Inaugurando a ‘roda’, afim de escaparem aos olhos do senhor, os filhos e filhas de mãe escrava não chegavam a atingir idade adulta. Eram eles os ‘expostos’ cujo índice de sobrevivência não ultrapassava os 10%. Se no passado foi assim, hoje as coisas não são muito diferentes, pois 67% dos meninos e meninas mortos são negros. O genocídio continua rondando nossa porta.

A discussão étnica, embora não sendo foco de minha atenção, não poderia deixar de ser abordada tamanha a expropriação que tem sofrido a criança negra de rua dada sua recorrente condição de exclusão. O mesmo se verifica com as meninas que, em sua maioria, prostituindo-se, são igualmente vítimas de uma dupla violação. Merecem destaque os primeiros por nos seduzirem com seu canto e suas vozes racionais que fazem ecoar a denúncia. São minorias internas à categoria minoria social. Neste momento, não teríamos fôlego para tal abordagem uma vez caracterizada sua correspondente amplitude.

Do particular para o geral, vejamos o que diz a legislação sobre os direitos da criança e do adolescente no Brasil e seu respectivo contraste com aquilo que efetivamente se constata enquanto realidade. Os números travestidos em estatística costumam ser, no mal uso de seus adeptos, mecenas de plantão, esconderijo do real, maquiando problemas, remendando situações. Por outro lado, podem evidenciar contradições e provocar reflexões. É esta minha intenção ao apresentar alguns quadros.

São cerca de 160 milhões de habitantes em nosso país e 57,7 milhões são crianças e adolescentes de 0 a 17 anos (Unicef, 1993). Por trás destes números está configurado um modelo econômico que coloca 58% dos brasileiros na zona de pobreza ou miséria absoluta. São 7 milhões de meninos e meninas vivendo quase permanentemente nas ruas. Enquanto isso, o

Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) assim diz:

*A criança e o adolescente tem direito à vida e à saúde*

- 60,2% das crianças de até um ano vivem em casas sem saneamento básico, o que resulta em 60 mil bebês mortos antes de completarem um ano (IBGE, 1990);
- a cada 4,5 minutos morrem no Brasil duas crianças com menos de três meses e 77% dos óbitos registrados ocorrem com crianças com desmame precoce (Ministério da Saúde, 1989);
- a cada 2 minutos morre uma criança de fome no Brasil, tempo que gastam os portos de Santos e do Rio de Janeiro para exportarem juntos 10 toneladas de alimentos (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, In: **Jornal da Cidadania**, 1999).

*A criança e o adolescente tem direito à liberdade, ao respeito e à dignidade*

- até o fim deste milênio, 6 milhões e 838 mil crianças já terão sofrido algum tipo de abuso por parte dos adultos (IBGE, 1990);
- a cada 100 meninos de rua, 12 morrem antes de completar 18 anos de idade sendo que a cada dois dias, só no Rio de Janeiro, 3 meninos são assassinados (Juizado da Infância e Juventude da cidade do Rio de Janeiro, In: **Jornal da Cidadania**, 1999);
- 1/3 da população carcerária do país é constituída por ex-meninos de rua (Pastoral do Menor, 1994).

*A criança e o adolescente tem direito à convivência familiar e comunitária*

- da população brasileira, estão em extrema pobreza 45 milhões de pessoas e 11 milhões de famílias (Ipea, 1993);
- quase 25 milhões de crianças e adolescentes são de famílias com renda mensal percapita de até meio salário mínimo (IBGE, 1990);
- o custo da cesta básica para uma pessoa representa em média 80% do salário mínimo sendo que o necessário para satisfazer as necessidades do trabalhador e de sua família seria aproximadamente sete vezes o valor deste mesmo salário (Dieese, 1989);
- o número de crianças de 10 a 14 anos que buscam sua sobrevivência e de sua família tem dobrado nos últimos anos (Unicef, 1993);
- grande parte das crianças e adolescentes indigentes nas áreas urbanas são de famílias chefiadas por pessoas em situação de desemprego (Ipea, 1993).

*A criança e o adolescente tem direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer*

- se 95% da geração em idade escolar tem tido oportunidade de matrícula em alguma escola, metade não chega a completar o nível básico (Unicef, 1993);
- cerca de 18 milhões de jovens entre 7 e 17 anos são analfabetos (Unicef, 1993);
- de cada 100 crianças em situação de rua, 92 gostariam de estar estudando (FSS/DF, 1991).

*A criança e o adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho*

- 30,4% das crianças e adolescentes trabalham, a

*maioria em ocupações pouco qualificadas e mal remuneradas, insalubres e arriscadas* (Unicef, 1993);

- *somente 24,6% dos jovens ocupados na área urbana possuem vínculo empregatício* (Unicef, 1993);
- *70% das crianças que trabalham tem remuneração inferior a meio salário mínimo* (Unicef, 1993).

Em Goiás, situação semelhante pode ser constatada. No setor agrícola, em municípios do interior, crianças de 7 a 12 anos são obrigadas a trabalhar como diaristas no manejo de agrotóxicos que em alguns casos chega a afetar sua própria formação física. Se no campo é isto que se vê, o que ocorre na cidade não é muito diferente. Em Goiânia, capital do Estado, os casos de maus tratos, abuso sexual, prostituição e as mais diferentes formas de violência contra a infância são ocorrências rotineiras que podem ser verificadas nos registros do poder público local. Nesta mesma cidade, tanto as crianças e adolescentes na rua, como os de rua, vivem sob condições econômicas igualmente desfavoráveis. Conforme aponta a Sociedade Cidadão 2000 (1996), existem em Goiânia pouco mais de mil e cem crianças em situação de risco, das quais quase uma centena morando nas ruas. Os meninos e meninas na rua geralmente integram famílias numerosas com pouca instrução e baixa renda, sendo obrigados a ingressar no mercado de trabalho antes de completarem os 10 anos, evadindo-se da escola. Os meninos e meninas de rua têm seu cotidiano marcado por uma rotina de atividades onde o comer, dormir, furtar, brincar e se drogar são realizadas em coletivo. Alimentam-se dos favores e sobras em bares e restaurantes ou, ainda, da cola ou outros inalantes que inibem sua sensação de fome. Dormem nas ruas ou em mocós, normalmente construções em abandono apresentando-se como ambiente de grande insalubridade. Finalmente, sobre o parco dinheiro que conseguem, é obtido a partir de pequenos furtos em feiras e lojas ou pelo roubo, mais freqüente em praças quando da abordagem aos que por ali passam e que infelizmente não

são os 1% da população que concentra quase 1/3 de toda riqueza nacional.

Este é o quadro de um país onde o mundo pobre se distancia cada vez mais do mundo rico. Sucumbido a uma eterna dívida externa, submetido a um programa de ajuste imposto pelo FMI, a transferência de capitais ao exterior chega a cifras jamais vistas. A oitava economia mundial, paradoxalmente, é a primeira em má distribuição de renda.

Com a intensificação das políticas neoliberais em uma economia mundial cada vez mais globalizada, são os trabalhadores que sofrem. Os tributos, caros a este projeto, são mais uma vez pagos por eles. As reformas estruturais e conjunturais, diluindo a presença estatal e implementando novas formas de organização do trabalho, avançam sobre conquistas e remetem milhões ao desemprego. Como resultado, riquezas são diferenças, miséria em qualquer canto.

#### **luto... logo existo**

A rua, enquanto espaço de vida para os meninos e meninas em situação de risco, tem se caracterizado como um ambiente hostil, lugar que aprisiona, oferecendo poucas possibilidades de sobrevivência. Neste meio, embora muitas vezes indicando a liberdade individual como conquista, a criança de rua tem sua identidade definida no grupo ou, mais precisamente, na galera. Sob condições adversas, suas ações são sempre orientadas pelo fazer coletivo. A esse respeito, interessante consideração faz Brant ao ressaltar que “(as *gangues*)... funcionam como espaço de identidade, de solidariedade, de jogo e de luta pela sobrevivência com suas normas e seus códigos de honra” (*apud* Graciani, 1997:129). Preservadas as contradições, uma vez constatada a rivalidade entre grupos e sua hierarquia forçosamente estabelecida, bem como, ainda percebendo outros indicadores que depõem contra sua organização, tais grupos respondem aos desafios postos pelo cotidiano manifestando valores como afetividade, cumplicidade e solidariedade concretizados em um código de condutas éticas onde não se delata, paga o que se deve e se divide o que se consegue.

A forma de organização, somada ao tipo de trabalho que desempenham, habitualmente caracterizado como ato infracional, violenta reação à violência a que estão submetidos, configurada em quase sua totalidade na ameaça e dano ao patrimônio, pode pressupor sinais de resistência neste agir cheio de artifícios tão presentes entre as crianças e adolescentes em situação de rua. Tornam-se também personagens de uma luta persistente que sob correlações desfavoráveis e nem tanto intencionais, ainda assim é capaz de arrancar os sólidos alicerces de nossa estrutura social.

Mas a resistência não está somente na rua, rompe fronteiras, ganha o país e ocupa tribunas. Denunciando a negação de seus direitos e reivindicando cidadania, crianças e adolescentes em situação de risco em todo o Brasil articulam-se enquanto movimento social organizado. Há mais de uma década o **Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua**, integrando também educadores, agentes sociais e técnicos, desempenha papel fundamental na cobrança por políticas públicas de atendimento à infância. Sujeitos de sua história, estes jovens passam a protagonizar as mais diversas ações realizando um movimento coordenado de intervenção junto a um enorme número de segmentos da sociedade civil, principalmente aqueles que concentram decisões relativas aos seus problemas.

Em suas ações, a proposição de leis, a vigilância dos poderes, a participação nos conselhos de direitos, conseguindo melhoras qualitativas nos serviços de atendimento, e o incessante combate à violência contra a infância são enumeradas como principais conquistas. Realizam ainda encontros de amplitude local, regional e nacional, importantes fóruns de mobilização e capacitação da intervenção. O resistir deste movimento só se torna possível frente uma organização nuclear dos meninos e meninas construindo unidades ou frentes de atuação por lugar de moradia, atividades ou local de trabalho, programas de atendimento a que se vinculam, etc. Assim, reconhecendo sua força, inventando e construindo táticas e estratégias, originam formas organizativas para uma diferente resistência, desta vez política e com maiores possibilidades. Juntos e às centenas, transcendendo a rua, os meninos e

meninas em situação de risco passam a constar na agenda das autoridades.

#### nos conforme?

*A emoção foi tão grande, arrumei um serviço. Como é grande a emoção, sair de casa todo dia e pegar um transurbão. De muitas vezes não adianta, você sai atrasado e o motorista é uma anta. Querendo de tudo fazer, sai de casa cedo, sem ter nada para comer. Não gosto de falar de coisas belas, de frente para o mar e de costas para a favela. Porque há tanta discriminação? Tem crianças cortando cana e cadê o compromisso da nação. Eu não quero ver crianças roubar, quero ver todo mundo estudar. Estamos aqui para mostrar nosso talento e lamentar por aqueles que estão nos fudendo. Pretendemos mostrar para onde devemos ir. O caminho do bem ou do mal? O que queremos é não cair no pau. Vamos aqui nos despedir, passando uma mensagem, compromisso para todos que estão aqui (Meninos e Meninas do Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente – Fumdec).*

Conversar, brincar, jogar e dialogar com meninos e meninas em situação de risco, apreendendo sua visão sobre as coisas, as pessoas e o mundo, é tarefa das mais difíceis. Exercitando minha sensibilidade, vou lendo, aqui e ali, nas entrelinhas do cotidiano, uma ou outra palavra que me permite dizer alguma coisa sobre o porquê de seu agir.

Ingênuos ou críticos? Ainda longe de estabelecer categorias a fim de classificar o nível de consciência relativo às ações que partem destas crianças, quero aqui poder divulgar algumas transitórias impressões oriundas de minha prática. Elenco, assim, uma dentre várias atividades de minha intervenção que, pela riqueza de seu resultado, tenha talvez me surpreendido. Atividade de avaliação, término de ciclo, deveria expressar a síntese ou consciência possível daquilo que se viveu ou

brincou em um determinado período. O resultado: o **rap do compromisso**. Como processo de significação, o *rap* é música das ruas. Nossos meninos e meninas, sensíveis aos elementos de sua realidade, sendo também racionais, ou seja, misturando maluquez com lucidez, vão falando das dores e incertezas tão marcantes em suas vidas.

Já experimentam precocemente a sensação de abandono e impotência frente à situação de desemprego. Vêm transformado seu tempo livre em tempo ocioso. Falam da emoção em arrumar um serviço, poder ajudar em casa, sonhando com casa, mesmo que aumentando números sob o julgo do trabalho infantil. Igualmente emocionante, conhecendo os desvios e atalhos de um dia-a-dia comum, semelhante a todos os outros, é a possibilidade de usufruir de nosso sistema de transporte coletivo, poder pagar um ônibus estando dentro dele, não em cima dele ou atrás dele como mais um surfista da morte ou ciclista de rabeira. Ainda que atrasados, talvez por terem perdido a história, tenham fome, mas não querem só comer, querem também diversão e arte. Entre o mar e a favela, no limiar das diferenças, denunciam a discriminação, cantam para crianças, querem direitos, pensam poder estudar. Dos canaviais ou das ruas, querem fazer seu talento voar, querem que suas vozes sejam ouvidas por nós, pelas autoridades e por todos aqueles que alguma coisa podem fazer. Lamentam seu abandono e dizem querer mudar. Não sabem sobre o que é certo, questionam o sagrado, o profano, o bem e o mal. Chega de violência simbólica, física ou policial. É isso que cantam, assumem responsabilidades, solicitam compromissos.

A criança e o adolescente em situação de rua não são parte isolada de um todo ou de uma realidade. Constróem em suas relações com o mundo uma consciência de grupo que, em não sendo sua soma, representa a articulação das várias consciências individuais resultantes da mesma situação objetiva. Portanto, a tentativa de análise operada sobre o pensamento dos meninos e meninas em Goiânia, ainda que parcial, pode ser tomada como instrumento importante a fim de compreendermos o conjunto de idéias e aspirações de seu grupo social quando da aproximação à sua correspondente

visão de mundo. A consciência de mudança traduzida por suas inúmeras denúncias e reivindicações, antes mesmo de provocarem alterações significativas no quadro referente à problemática infantil, muda as crianças mesmas, sugerindo uma reorientação em seu agir. Acredito que tal visão venha expressando uma prática consciente de transgressão no plano imediato e de transformação social ao considerar a totalidade de suas ações.

### CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Questões ainda estão postas: de onde partimos? para onde vamos? como vamos? Articular objeto e objetivo pode ser nosso primeiro passo, mas precisamos estabelecer opções, o que significa definir o jeito de andar. Nosso mover se faz assim, frente a uma contínua e processual avaliação do terreno em que pisamos, podendo estar entre o rápido e o devagar, o reto e o sinuoso, o regular e o acidental.

Uma vez construídas as primeiras aproximações à realidade dos meninos e meninas em situação e risco, inicia-se o voltar à prática. Trata-se de um retorno ao ponto de partida inaugurando um dialético e permanente vai e vem entre prática-teoria-prática. Estreitamos nossos já existentes laços de amizade com o saber e o conhecimento, possuindo agora novas ferramentas teóricas que nos permitam imprimir avanços à qualidade organizativa e política das ações transformadoras da realidade que se partiu. Enfim, mapeados os problemas, torna-se possível localizar, com certo sucesso, a sorte e o revés de nossa caminhada.

Então vamos lá! Com os pés no chão, insisto em perseguir um lugar. A utopia em acreditar que a igualdade entre os homens não seja tão somente jurídica, mas também econômica, e o desejo de verem distribuídas nossas riquezas, tanto materiais como culturais, é o que me move. Um passo à frente e já não estamos no mesmo lugar. Estamos caminhando.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério do Bem Estar Social. Lei nº 8.069/90. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília, 1993.

- BRASIL, Ministério da Saúde. **Estatísticas de mortalidade**. Brasília, 1989.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos). **Mercado de trabalho na grande São Paulo**. São Paulo, 1989.
- FSS/DF (Fundação do Serviço Social / Distrito Federal). **Sobrevivência: aspectos das condições de vida de menores trabalhadores de rua do Distrito Federal**. Brasília, 1991.
- GOLDMANN, L. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GRACIANI, M.S. **Pedagogia social de rua**. São Paulo: Cortez, 1997.
- HURTADO, C. M. **Educar para transformar, transformar para educar: comunicação e educação popular**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). **Jornal da Cidadania**. 5(78), 1999.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Pesquisa de orçamentos familiares**. Rio de Janeiro, 1990.
- IPEA (Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada). **Mapa da infância: a indigência entre crianças e adolescentes**. Brasília, 1993.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas: Papyrus, 1987.
- MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua). **Cidadão criança; cidadão adolescente: contribuições para definição de uma política para a infância e juventude no Brasil**. Brasília, s/d.
- NEV-USP (Núcleo de Estudo da Violência – Universidade de São Paulo). **Os direitos humanos no Brasil**. São Paulo, 1995.
- PASTORAL DO MENOR. **Documento de divulgação do Indica – Instituto para o Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente**. São Paulo, 1994.
- SOCIEDADE CIDADÃO 2000. **Mapeamento e contagem de crianças e adolescentes em situação de rua em Goiânia-GO**. Goiânia, 1996.
- UNICEF. **Situação mundial da infância**. Brasília, 1993.
- WAICHMAN, P. **Tempo livre e recreação**. Campinas: Papyrus, 1997.
-